

DINÂMICA DA MEDIAÇÃO

Aluna: Dione Prado Lopes
Orientador Abimar Oliveira de Moraes

Introdução

Apontar a Mediação de Conflitos como categoria interpretativa da Teologia Pastoral é configurar um dos “caminhos possíveis” no relacionamento entre sociedade e Teologia, em busca de uma abordagem transdisciplinar a serviço da paz. A questão da Justiça é muito complexa e a questão da violência é muito mais complexa ainda, pois implica a participação de toda a rede social na questão do conflito. A Teologia Pastoral acredita que a melhor justiça é aquela que nos torna mais humanos, mais responsáveis, mais compassivos e conectados com o nosso próprio coração e com o outro. Por isso, empenha-se na reflexão sobre o exercício da cidadania através de uma comunicação não violenta. Educar para a transcendência significa educar para a convivência amorosa, solidária e cidadã. Esse esforço pode ajudar a Teologia Pastoral a abordar questões contemporâneas, distinguir e afirmar seu estatuto epistemológico e estabelecer relações com as demais ciências.

Na Teologia Pastoral acredita-se que juntos somos capazes de realizar uma parceria positiva na sociedade em que habitamos. Com a proposta de Mediação, se contribui efetivamente na aplicação de uma consolidação na resolução de conflitos, com a prática da não-violência e do diálogo, transformando o conflito num desafio de ‘gente grande’ onde os interessados, amparados por um terceiro, encontram diante e dentro deles próprios, as soluções restaurativas para ambos os lados. E deixando o conflito de ser um problema sem solução, o promove para uma linha de concórdia e igualdade, para uma justiça, digamos, de mesma medida para os interessados.

A Mediação e o Mediador

Identificar, a partir do pensamento de Jean-François Six, os "setores da Mediação" dando especial atenção à Mediação sócio-teológica. Descreve as diferenças entre a Mediação Cidadã e a Mediação Institucional. Mostra a necessidade de reconhecer seus modos em suas diferenças e de reconhecê-las em cada caso. Six trata também de uma ‘análise da Mediação em ação’ em um certo número de setores e faz uma avaliação a respeito de um conjunto de práticas atuais da Mediação. Por fim, ele define o Mediador necessário para hoje e para amanhã, situando sua identidade, ética e formação.

Mediação

1- Mediação como necessidade real numa sociedade imediatista e de incertezas

O imediatismo tomou conta das nossas tarefas, da nossa informação, dos nossos resultados. Um ‘sentimento’ de urgência se instalou profundamente em nosso comportamento pós-moderno, nos deixando com a sensação de que tudo, automaticamente, nos dará uma

resposta quase que imediata e em qualquer área estabelecida. Como falar de problemas de longo prazo? Como ‘suportar’ a natureza da espera? Como resolver questões interiores ou de relacionamentos de qualquer tipo, tendo que enfrentar a questão do tempo? Como pensar em projetos pessoais e sociais a longo prazo se estamos atolados na ‘urgência’? Como agir diante da incerteza?

Para Zaki Laïdi “a ação de urgência é indispensável mas não pode ser a única linha no horizonte e não pode substituir as estratégias de longo prazo. Conclui que é necessário combater a urgência não como categoria de ação, mas como categoria central de representação da nossa sociedade, de seus problemas e de seu futuro¹”.

“Humanitários” se surpreendem ante a explicação de Laïdi sobre o aspecto negativo da noção de urgência: “A partir do momento em que não temos mais projetos, estamos aprisionados na lógica do tempo presente, do imediatismo.” “Representar o mundo só através da urgência” é um “círculo vicioso”. “Não penso que se possa mudar ou refletir a respeito de uma transformação positiva do que estamos vivendo, se não se reencontrar a perspectiva e o projeto”².

Estamos deixando de projetar a longo prazo por conta da necessidade de urgência, e assim se está atingindo todos os setores da vida e do cotidiano, tendo reflexos fortes no comportamento da sociedades e do indivíduo. Se parte do já, do mais rápido possível, quando se sabe que conflitos, relacionamentos e até instituições passam pela prova do tempo e muitas vezes do tempo indefinido. Atinge nossas fragilidades – queremos recuperar a saúde rápido, deixar de sofrer rápido – e outras áreas práticas. A humanidade que vivemos é a do “aqui e agora”.

2- A angústia da mundialização e a globalização

Corre-se por fora,, porém não menos importante, a questão da mundialização ou da globalização. Antes cabia ao estado, as instituições e ao coletivo político os destinos individuais da sociedade. Hoje se sabe que esses apoios vacilam, se torna necessário contar consigo mesmo e construir com os outros.

A mundialização deixou para trás a dupla hegemonia do mundo: as nações estão fechadas entre si angustiadas, salvaguardando suas diferenças, empregos e identidades. Para quebrar essa angústia as mediações são necessárias, tanto para a convivência entre palestinos e israelitas, quanto para instituições e quadros sociais. Surge uma Mediação que traz o reconhecimento mútuo. Aqui não é mais a proteção de cima, institucional, binária que estabelece um terreno de coexistência cada qual com suas posições. Agora é em igual paridade admitirem-se próximos e diferentes, outros e parecidos. Devido à Mediação os dois podem se reconhecer mutuamente porque são um e outro reconhecido por um ‘terceiro’.

Precisamos ser reconhecidos por terceiros, quem quer que sejamos precisamos todos de Mediação. Ela de agora em diante é a ligação indispensável ao nosso mundo, que está com seu futuro comprometido, em perigo. Por isso esta obra é engajada numa construção a longo prazo nesses tempos de imediatismo, de incertezas e de confusão. A Mediação precisa de arquitetura e de estratégia para abrir seus caminhos, ela não pode enganar-se com palavras ou urgências, ela deve conduzir seu projeto.

O caminho da informação através da globalização é acelerado. Evoluímos assustadoramente desde o início do século XX. As novas mídias, as redes sociais, a nova cultura informativa urbana, a nova comunicação e a facilidade da informação ajudaram a criar

¹ Correio de ACAT, junho 1995.

² Ibid.

um mundo onde o real e o virtual se confundem. O mito do Estado-Total é sucedido pelo da Comunicação-Total.

3- Informação X Mediação

Surgiu um caminho de utopia na comunicação. No meio da passagem do século XX (1939-1945), acreditou-se que os cérebros eletrônicos iriam estabelecer a paz no mundo graças a transparência e à racionalidade dos computadores junto com a infinita circulação de informações. Surgia a “aldeia global” diminuindo distâncias de comunicação, todos se falariam, cada um se comunicaria com cada um. Em *Utopie de La communication*³ de Philippe Breton, ele mostra o perigo dessa utopia. Um mundo que nega a interioridade, a profundidade, toda raiz e todo futuro: ora, diz ele, “uma sociedade que não tem futuro no qual trabalhar pode só devorar a si mesma.”

Já a Mediação não é uma utopia, ela é o inverso dessa utopia da comunicação. Ela propõe não o fusional, mas a dignidade da distinção: cada pessoa, cada povo é único. Ela convida a pesquisa constante, não ao isolamento da ligação e do contato, declara, não o direito de tudo saber ou a transparência imposta, mas o sentido do mistério e o respeito ao segredo. Ela recusa que o homem seja achatado a horizontalidade das trocas de informações e à superfície de espaços em duas dimensões.

4- A Mediação é política

Toda Mediação é política. A Mediação dá confiança à pessoa e à cidade. Um Mediador deve ter a força moral de se contrapor a diluição política. A Mediação convida a uma cidadania, a ser ator, a agir como responsável.

Todos os seres humanos, quaisquer que sejam suas convicções, não querem somente palavras, mas atos concretos: o amor, a fraternidade, a caridade, são práxis e não somente princípios. Não podemos mais ser apenas “Belas Almas.”

Procura-se uma ‘supra-ética’⁴ que é o sentido singular das situações, a solicitude, uma sabedoria prática. Ele nos fala também de duas lógicas, a lógica da equivalência – a da justiça e da Regra de Ouro – e alógica da superabundância – aquela do Amor -, que devem se conjugar e estar incessantemente em sinergia. Essa assimetria ética é fundamental. É essa a perspectiva moral que funda a Mediação: se alguém se encontra em perigo, na solidão, em um conflito interno (com ele mesmo) ou externo (com qualquer um), tem o direito a que eu seja presente perto dele, à sua disposição como ele a entenda em sua liberdade. A questão ‘o que você fez a seu irmão?’⁵ é colocada desde o início da Bíblia e ela permanece mais do que atual.. que o cada ‘um por si’ se atenua e dê lugar ao ‘cada um por todos’ e nessa tarefa o lugar os Mediadores é primordial.

Nossa sociedade precisa de homens e mulheres que escutem de maneira conhecida e reconhecida, se consagrem a estabelecer ligações e dissolver incomunicabilidades. Necessitamos mais do que nunca de ‘terceiros’.

³ Paris, edição La Découverte, 1992.

⁴ Paul Ricoeur.

⁵ Gênesis 4, 10.

5- A Mediação suscita o “3”

A Mediação deseja sim é suscitar sem cessar o “3”. Certas culturas, a da França por exemplo, é nutrida pelo pensamento cartesiano ou pelas ciências puras como a matemática, trazendo como princípio a ‘binariedade’, as realidades são ‘isto ou aquilo’.

A cultura oriental, como a da Índia ou a dos árabes, exprimem-se mais numa mescla, as realidades são ‘isto e aquilo’ ao mesmo tempo. A Mediação coloca-se em um outro plano. Diferente de uma ou outra ela quer aproximar mas sem confusão, quer distinguir mas sem separação. Portanto a Mediação impulsionada por um terceiro faz nascer o ‘3’, quer fazer deste diálogo-confrontação diante de um terceiro, nascer qualquer coisa que não será nem uma solução unilateral do primeiro nem do segundo. Busca uma saída original realizada por um e por outro juntos, um saída que não pertence a nenhum dos dois propriamente, mas aos dois assim como uma criança que nasce de pai e mãe.

Resultados e discussões

1- A função ‘Mediação’

Não se exprime somente nas relações interpessoais, mas naquelas que cada um pode ter com as instituições, como as administrações públicas. Não há somente o emprego do termo ‘Mediação’, existe uma preocupação, numa época em que a mídia conhece um extremo desenvolvimento, de se comunicar. Mas a multiplicação de mídias não é, entretanto, sinônimo de real Mediação. A necessidade hoje é de situar a Mediação na nossa sociedade e de inseri-la profundamente.

Duas maneiras muito diferentes para encontrar algum caminho através do emaranhado em que se encontra hoje a Mediação: uma que busca o lado de uma institucionalização, outra que quer uma autonomia da Mediação. Duas correntes que iremos discernir a partir de uma dupla distinção: de uma parte segundo a *origem* dos diferentes Mediadores; e outra parte segundo o seu respectivo *modo e ação*. Aqueles que estão estabelecidos no alto e aqueles que se colocam embaixo, de um lado os que são ‘funcionários’, de outro aqueles que são propostos por associações livres, por cidadãos a outros cidadãos. De um lado as *mediações institucionais*, ‘monárquicas’, aquelas que vem de um poder estabelecido, de outro lado as *mediações cidadãos*.

2- Dois tipos de Mediação

a) Mediadores Institucionais

Cumprem um trabalho específico a serviço ao mesmo tempo de sua instituição e dos clientes desta. Diálogo com seus usuários, prestam reais serviços aos usuários perdidos em certos meandros administrativos, fazendo-os encontrar assim um recurso. A própria justiça quis instituir Mediadores que atenuassem o congestionamento dos tribunais. Essas mediações institucionais sempre existiram. Não é uma lenda, é um fato relatado pelo senhor de Joinville – a história de São Luiz – que promovia a justiça sentado sob um carvalho em Vincennes, o castelo e o parque eram residência real:

“Muitas vezes vi o bom santo, depois de ter ouvido a missa, no verão, ir ao bosque de Vincennes e sentar-se ao pé de uma árvore, fazendo-nos sentar em torno dele, de modo que todos aqueles que tivessem questões a resolver falassem sem que nenhum agente da justiça o impedisse.”

Todas as instituições começam por si próprias a compreender a necessidade de estabelecer intermediários.

b) Mediadores Cidadãos

Ao lado dos Mediadores institucionais há os Mediadores cidadãos. Sua origem é totalmente diferente. Um Mediador com trabalho mais profundo na sociedade.

Não são fabricados pelas instituições, são Mediadores ‘naturais’⁶, que nascem nos grupos sociais para as necessidades da comunidade. Não tem poder como tal, não são juízes e nem árbitros, não tem mais do que autoridade moral. Se alguém se dirige a eles é porque considera que são, não gurus que decidem, mas ao contrário, sábios que sugerem. Eles abrem uma via nova em relação ao impasse em que alguém se perdeu, a um dilema do qual se quer sair, envolvendo a si mesmo ou aos outros.

c) Suas maneiras de agir

Segunda distinção, desta vez em função do modo de agir de uns e outros, que diferem por causa de suas origens distintas.

Mediadores institucionais

Tem a resolver problemas como por exemplo habitação, emprego, questões sociais. Se dirige a eles devido a problemas primeiramente técnicos e demandam tratamento técnico. Esses Mediadores institucionais, quaisquer que sejam, são portanto essencialmente especialistas formados para atender a um problema específico, bem definido, pelo qual vão responder. Altos e pequenos funcionários, secretários e tecnocratas tornaram-se intermediários obrigatórios e cumprem papel indispensável. O Mediador institucional é um especialista que deve ficar no seu papel sem desejar poder.

Mediadores cidadãos

Se os Mediadores institucionais representam sempre um poder, os Mediadores cidadãos são os cidadãos entre os cidadãos. Dirige-se a eles de igual pra igual, pede-se que sejam uma terceira pessoa, alguém que não sentencia, não fará recair o peso de seu poder. Sua presença, acolhida, escuta, permitirá a você pessoalmente avançar no problema que você tem com você mesmo, que você tem com o outro, na sua família, na sua empresa, no seu bairro. O Mediador cidadão destina-se a encontrar pessoas. Eles não resolvem conflitos: encontram pessoas que estão dentro de uma situação de conflito. Estarão lá para permitir às pessoas encontrar por seus próprios meios uma saída a seus conflitos.

Ser Mediador cidadão é uma arte, uma arte da relação pessoal e social. É aquele a quem se procura porque se sabe ou se pressente que tem um dom: o de suscitar ligações,

⁶ Télérama, 7 de junho de 1995.

reconciliar pessoas, *de trazer uma pequena luz a um momento opaco*. Sua forma de agir conta sempre com o tempo, afastar o simplismo, os atalhos, a precipitação, deve guardar o senso da duração e do recuo, da paciência e da distância.

Nós, os usuários

A palavra “usuário” no sentido em que se emprega é de uso recente. No século XVII ‘usuário’ era aquele que conhecia bem os usos e costumes. No século XIX, tornou-se um termo de jurisprudência e significava pessoa que detinha direito de uso. No século XX, graças as ferrovias, começa a empregar o termo ‘usuário’ no sentido de utilizador. O termo desde então desenvolveu-se muito, as diferentes administrações, como os correios por exemplo, falavam mais de seus ‘usuários’ e queriam desenvolver as melhores relações com eles. Existem usuários em qualquer âmbito: usuários de seguros, usuários das administrações, usuários de transportes públicos, etc. Geralmente esse termo é mais utilizado para a Mediação institucional.

Na Mediação cidadã, os ‘usuários’ são os cidadãos, e assim são tratados.

3- Mediação e arbitragem

Nada é dito no livro que define o que é a mediação ou indica a diferença que é feita entre mediação e arbitragem. Sabe-se que, tratando de amortecer qualquer risco contencioso, a mediação é um encaminhamento consensual tanto na decisão de entrar com o recurso como para a solução que pode ser obtida.

A pretensão é permitir para as empresas regrar amigavelmente seus litígios através da mediação e da arbitragem. Para distingui-las o critério é financeiro. O processo de mediação será pouco custoso. Os mais onerosos devem ser objetos da arbitragem.

A arbitragem não é um modo de conciliação, mas um modo de justiça que chega a uma decisão arbitral. A mediação e a conciliação retornam em nosso direito. De um lado a arbitragem onde as partes aceitaram antecipadamente a solução que será tomada, do outro a mediação e a conciliação onde surgiu uma proposta de solução através de contribuição própria das partes.

O fato de que a mediação é um não-processo a faz parecer, não como uma justiça, mas como uma regra do jogo⁷. É um homem que não está investido de nenhum poder, que não tem o *imperium* do juiz⁸.

4- A identidade do Mediador

O que é um Mediador? Hoje com o tempo, as pesquisas e as experiências, é preciso tentar questionar a identidade do Mediador. Em 1990 tratava-se de traçar o perfil do Mediador, seu retrato, agora não apenas descrever um Mediador ideal, mas estabelecer sua identidade. Não é uma profissão como a do dentista ou do carpinteiro; não é reconhecida como é a de psicólogo, por exemplo. Como estabelecer então a identidade do Mediador se esta não é dada por uma instituição?

⁷ Colóquio de 20 de janeiro de 1986, p. 30.

⁸ Ibid.

O Mediador é um criador, cada Mediação é única: de acordo com as pessoas, os grupos as circunstâncias, a catálise que é a Mediação será específica. Assim como o Mediador tem sua personalidade, sua maneira de fazer, ele deve também “inventar sua prática e, no limite, sua teoria”.

A identidade do Mediador não pode ser a de um anarquista que faria a teoria de sua prática. O Mediador cidadão não pode encontrar sua identidade senão no próprio interior da cidade na cidadania; E esta não pode encontrar sua plena expressão senão em um regime democrático: Como a Mediação teria podido existir na URSS ? Poderia ela existir hoje no Irã ou no Sudão?

Quanto o Mediador participa da coletividade, mais ele é cidadão e exerce sua cidadania. Captar este ponto é perceber que a Mediação dá uma identidade própria a qualquer um. Todo individuo tem várias identidades que decorre de seus laços de incorporação: Familiar ou local por exemplo. Há também uma identidade que é o resultado de uma construção: Querer viver em comum na igualdade, identidade política englobante. Uma cidadania-Mediação.

Como o Mediador constrói sua identidade? Sobre em que base? Poderia definir um Mediador como aquele que vê o “3” e que faz o “3”. O pensamento binário é um risco para a diversidade de culturas e para a Mediação. “ O homem está a passo de submeter-se à dominação absoluta do binário.”⁹ As conseqüências para ele são temerosas. Nada senão a forma trinitária pode garantir a diversidades das culturas, é necessário tomar cuidado. Os territórios onde ela se exprime são cada vez mais estreitos, controladas e assumidos pelas redes da binariedade.

O Mediador não pode ser binário. Sua identidade se exprime através de uma outra lógica, a lógica da dialética. Aquela que admite uma terceira possibilidade: Relação estrutural intrínseca entre termos autônomos enquanto autônomos. A lógica dialética extrai sua inteligibilidade de um lado, da impossibilidade em que se está no terreno da experiência, de se fixar à alternativa simples de mais da exclusão ou da fusão se mostra vantajosa porque respeita melhor a complexibilidade do real.¹⁰ Os filósofos, os cientistas e também os políticos binarizaram o mundo, trata-se de o ternarizar. Quer dizer, de o resimbolar, de o reencantar.¹¹ Fazer o “3” , é provocar as pessoas e situações para que elas não se deixem aprisionar no preto e branco, no maniqueísmo. Isso só se pode viver tendo o gosto pela complexidade. A Mediação pertence ao mundo “fractal”.

Metodologia

A primeira etapa da pesquisa consiste levantar um referencial teórico. A segunda etapa em aplicar o referencial teórico levantado, na realidade concreta acima mencionada. A terceira etapa será destinada à avaliação e crítica do referencial teórico, a fim de obter uma maior aproximação entre teoria e práxis, elemento fundamental para uma correta compreensão e aplicação da disciplina designada como Teologia Pastoral.

⁹ D. R. Dufour, *Les mystères de La trinitè*, Paris, Gallimard, biblioteca das ciências humanas, 1990, p.442.

¹⁰ P. -J. Labarrière, *op.cit.*,p.32

¹¹ CF.A.BERQUE, *LES raisons Du paysage (As razões da paisagem)*, *op.cit.*,p.147-149: “resimbolarização, reencantamento do mundo.”

Conclusões

Nessa primeira etapa um resumo do livro foi feito, apontando os elementos principais que o autor considera para uma Mediação dita ‘aberta’ e de via positiva. A visão que temos de Mediador, Mediação e mediandos aqui é desvelada, refletida e concretizada em experiências de pessoas ou grupos aos quais fincaram bases sólidas para a via de Mediação. São citadas várias áreas pelo autor para exemplificar relações humanas e de sociedade, numa demonstração clara que a identidade do Mediador, ou sua origem, pode ser diversificada, e o deve, porém sua ação de mediar provém não só de prática, mas de estudo e atenção principalmente na parte teórica. Não se pode fazer Mediação sem teoria, a prática provém disso. Não se ‘nasce’ Mediador, se constrói seus valores e caminhos abalisados em estruturas onde se encontre a Mediação aberta voltada para a vida pessoal e o âmbito social.

O Mediador então, constrói seu trabalho numa identidade de ‘terceiro’, tanto o Mediador institucional quanto o cidadão, para resolver os conflitos quanto para levar a uma prevenção dos mesmos, onde os mediandos sejam conduzidos a encontrarem suas próprias respostas e soluções.

O Mediador é dotado de um não-poder, de ética, inteligência e justiça. O Mediador não pode ter uma formação de fim de semana, o Mediador deve e precisa ser preparado para a via da Mediação. Também se mostra que o Mediador pode ter êxito ou não no seu trabalho, faz parte também as mediações que não vingam por um ou outro motivo. Ele não é juiz ou árbitro, mas é dotado de uma força moral pelo qual é procurado e confiado seu trabalho. Nas instituições o Mediador é um parceiro ou profissional muito importante na integração cliente e empresa e também deve possuir as mesmas qualidades do Mediador cidadão, os dois precisam e devem trabalhar em conjunto.

Descreve-se também as diferenças entre ‘Mediação’ e ‘arbitragem’. O Mediador também precisa de um ‘lugar intermediário’ para agir.

O usuário, ponto mais importante para haver Mediação, é considerado um censor dos trabalhos das instituições. É dele que vem a demanda de interesse, de avaliar os serviços públicos ou privados, de não querer ficar mais passivo diante do que acontece. O usuário hoje é um cidadão que busca sua cidadania, que fiscaliza os serviços prestados, que quer e recorre sem medo, a soluções mais diretas e ágeis. O usuário, ou mediando, hoje nos mostra que o terceiro é necessário.

Percebe-se também a diferença entre a Mediação advinda da cultura dos EUA e a advinda da Europa. Distintas mediações onde o autor descreve: na estadunidense ela é fechada, ‘binária’, conservadora e na europeia é ‘aberta’, ‘ternária’, leva a um agir comunicacional. A via aberta conduz a uma formação bem diferente. Um conceito que aparece como verdadeiramente inovador e portador do futuro. Promove-se a evolução da Mediação aberta, é a que ocasiona resultados melhores e de caminhos mais completos.

A Mediação é feita no cotidiano das relações pessoais e sociais, tanto para casos particulares ou institucionais, quanto para sociais ou internacionais. A Mediação é política no sentido de interesse de levar aos cidadãos sua formação. A Mediação leva a cidadania.

Referências

1 - SIX, JEAN-FRANÇOIS **Dinâmica da Mediação**. Tradutoras Águida Arruda Barbosa, Eliana Riberti Nazareth e Giselle Groeninga.